

Reforma da Previdência é aprovada e afeta a vida de milhares de paulistas

O governador João Doria, em sua campanha ao governo do Estado afirmou que a Previdência de São Paulo não necessitaria passar por uma reforma, pois esta já havia sido feita anteriormente. Todavia, descumprindo sua palavra, o governador enviou a proposta da reforma em 13/11/2019 à Assembleia. Foram dois textos complementares: a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 18/2019 e o Projeto de Lei Complementar (PLC) 80/2019.

Uma liminar proposta pelo PT barrou a tramitação da reforma por quase dois meses, mas foi derrubada em 18/2 e nesse mesmo dia a PEC foi aprovada em primeiro turno pelos deputados paulistas. No dia 3/3, milhares de servidores se concentraram na Assembleia na tentativa de impedir a votação da matéria em segundo turno e foram recebidos com truculência pela tropa de choque da Polícia Militar. Apesar da reação dos funcionários, a PEC 18/2019 foi aprovada por 59 votos (dois a mais do que o necessário) a favor e 32 contrários. Promulgada, tornou-se a Emenda Constitucional 49/2020. O PLC 80, que trata das regras dos cálculos de proventos e aposentadoria foi aprovado em 4/3 por 58 votos a 30. Foi sancionado e transformou-se na Lei Complementar 1.354/2020.

A reforma afeta 550 mil aposentados e pensionistas e mais 643 mil servidores da ativa, incluindo professores, policiais civis e agen-

tes de segurança, entre outras categorias do funcionalismo público.

O texto principal foi aprovado praticamente como foi enviado pelo Governo do Estado à Assembleia, com algumas alterações. Uma delas garante o direito adquirido a quem completar as regras da aposentadoria um dia antes da publicação da emenda. O PLC 80 previa inicialmente o aumento da contribuição previdenciária de 11% para 14 por cento. Porém, deputados apresentaram uma emenda aglutinativa substitutiva escalonando os valores a serem pagos pelos servidores. A nova contribuição vai variar entre 11% e 16%.

Essa alíquota progressiva de contribuição varia conforme o salário do trabalhador, sendo que 16% será a alíquota cobrada de funcionários que recebem acima do teto do INSS.

A proposta prevê, entre outras coisas, o aumento da idade mínima para homens que será 65 anos e mulheres 62 anos. O tempo de contribuição também sofre alteração, policiais, pessoas com deficiência ou que são expostas a produtos nocivos no ambiente de trabalho terão o direito à aposentadoria especial e também sofrerá alteração o benefício nos casos de pensão por morte.

São duas propostas principais de regras de transição para os servidores que não completaram os requisitos até a publicação da reforma. A primeira está descrita no artigo 4º da Emenda Constitucional 49/2020 e a segunda em seu artigo 5º.

Transição endurecida

A transição por pontos (artigo 4º) será mais dura em São Paulo. De acordo com a regra, o servidor terá de cumprir três exigências para poder se aposentar: ter idade mínima de 56 anos (mulheres) e 61 anos (homens), ter tempo de contribuição de 30 anos (mulheres) e 35 anos (homens), 20 anos de serviço público e somar, na idade e nas contribuições, 87 ou 97 pontos (que serão alterados ano a ano), respectivamente. Há ainda exigências de tempo mínimo no cargo em que se der a aposentadoria. Nesse caso, os proventos corresponderão a 60% da média aritmética das remunerações desde julho/1994, atualizadas monetariamente, com acréscimo de 2% a cada ano que exceder o tempo de 20 anos. Os que ingressaram após 2013 terão o teto do Regime Geral de Previdência Social como limite. Para obter a totalidade da remuneração (último salário), o servidor deverá ter entrado no serviço público até 31/12/2003 e completar as seguintes idades: 62 anos se mulher e 65 anos, se homem além dos outros requisitos elencados no referido artigo.

Já pela regra de transição do artigo 5º, o servidor terá de cumprir os seguintes requisitos: ter idade mínima de 57



Servidores na Alesp em protesto contra a reforma

anos (mulheres) e 60 anos (homens), ter tempo de contribuição de 30 anos (mulheres) e 35 anos (homens), 20 anos de serviço público e um pedágio de 100% do tempo de contribuição que na data da entrada da LC 1.354/2020 faltaria para atingir o tempo mínimo de contribuição. Os proventos corresponderão a 100% da média aritmética das remunerações desde julho/1994, atualizadas monetariamente. Para obter a totalidade da remuneração (último salário), o servidor deverá ter entrado no serviço público até 31/12/2003.

A reforma está suspensa graças a uma liminar concedida em 17/3, a pedido da deputada Professora Bebel e da Apeoesp.

Com a colaboração de Eugênia Sاهد.

A PALAVRA DO PRESIDENTE

2019: um ano de lutas e união do servidor

Terminado o ano de 2019, o funcionalismo enfrentou grandes obstáculos, como a Reforma da Previdência, a qual gerou muitos embates entre a categoria, o Executivo e o Legislativo.

Infelizmente, o que poucos se atentam é para o fato de que a entrega dos serviços mais importantes para a população é tarefa que cabe ao servidor público, por isso sua permanência e estabilidade no serviço público são essenciais. Assim, a reforma causou grandes perdas aos servidores, entretanto, quem mais será penalizada com a fragilização do servidor é a sociedade. Apesar de forte mobilização do funcionalismo e do empenho das entidades representativas, das quais a Afalesp participou ativamente, a reforma foi aprovada na forma desmoralizante para a classe, tal qual o governo a apresentou. O que se deve destacar dessa luta foi a união dos servidores para o enfrentamento da situação.

Com toda a propaganda governamental em

favor da reforma, bem como com a distribuição de recursos para emendas parlamentares, ficou evidente a dificuldade e o desequilíbrio de forças no enfrentamento entre servidor e governo. Também experimentamos a truculência das autoridades contra os trabalhadores, em especial o servidor público que tanto se dedica no atendimento ao povo.

Se apregoa que as medidas de desmonte do funcionalismo vão proporcionar economia de recursos aos entes federados, mas sabemos que o trabalhador e o povo continuarão a sofrer com a desigualdade e a concentração de renda que as reformas promoverão. Indicadores econômicos já apontam o Brasil como o segundo país mundial na Concentração de Renda e um das piores no Índice de Desenvolvimento Humano, dificultando o desenvolvimento no aspecto social, educacional e na saúde da população.

Felizmente, o brasileiro não desiste fácil,



sempre vai à luta com a esperança de que um dia a situação se reverta para melhor.

Nossa luta vai continuar. Esperamos que neste ano de 2020 consigamos ter êxito nos nossos propósitos de melhoria em geral para obtermos uma sociedade mais justa e igualitária. Feliz Ano Novo a todos!

Carlos Alberto Marinho

Presidente da Afalesp

Reforma administrativa: momento requer mobilização dos servidores

Apontado como o vilão responsável pela fragilidade econômica do país, o servidor deve deparar-se neste ano com uma reforma administrativa que, entre outras coisas, prevê o fim da estabilidade no serviço público. Vendo somente esse aspecto, vale ressaltar que a possibilidade de que o servidor denuncie irregularidades e desmandos na máquina administrativa, fiscalize contratos com isenção e sem medo de perder seu emprego e se contraponha aos governantes de plantão, só é possível com a garantia da estabilidade.

Segundo o secretário especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, Paulo Uebel, o governo pretende implementar a reforma em fases e a intenção é que o conjunto de mudanças se instale até 2022.

Sob a alegação de que “o brasileiro quer um



Estado moderno e eficiente”, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, declarou à

imprensa que sobra pouco dinheiro para os investimentos do governo devido aos gastos com a folha de pagamento do funcionalismo, embora não estejam incluídos na reforma juizes, procuradores, e parlamentares.

Sem dar detalhes sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que o governo deverá enviar ao Congresso Nacional, o presidente Bolsonaro frisou que as mudanças deverão atingir somente novos funcionários. Em ano eleitoral, o Congresso fica proibido de aprovar mudanças na Constituição a partir de junho.

O momento requer uma forte mobilização da categoria e a soma de forças para que os direitos conquistados pelo funcionalismo sejam preservados. Na esteira da reforma federal, virão as estaduais e assistiremos ao desmonte do Estado, com a total precarização dos serviços prestados à população.

PREVIDÊNCIA

Principais pontos da Reforma

- alíquotas de contribuição, que vão de 11% a 16%, de forma progressiva. Ou seja, o salário será desmembrado em faixas e em cada faixa será aplicada a alíquota correspondente (como no Imposto de Renda). No caso dos aposentados, como os inativos pagam sobre o que ultrapassa o teto do INSS, a alíquota deve ir diretamente para 16% (mas essa matéria ainda está sendo discutida);
- supressão do recebimento de adicional por tempo de serviço e sexta-parte por servidores remunerados por subsídio;
- vedação de incorporação de vantagem de caráter temporário. Servidores que recebiam salários maiores quando assumiam cargos de chefia tinham um décimo da diferença entre seu salário e o salário do cargo ocupado incorporado por ano;
- de acordo com uma das regras de transição, o servidor terá de cumprir três exigências para poder se aposentar: ter idade mínima de 56 anos (mulheres) e 61 anos (homens), ter tempo de contribuição de 30 anos (mulheres) e 35 anos (homens), 20 anos de serviço público e somar, na idade e nas contribuições, 87 ou 97 pontos (que serão alterados ano a ano), respectivamente. Também é exigido tempo mínimo no cargo em que se der a aposentadoria. Nesse caso, os proventos corresponderão a 60% da média aritmética das remunerações desde julho/1994, atualizadas monetariamente, com acréscimo de 2% a cada ano que exceder o tempo de 20 anos;
- os que ingressaram após 2013 terão o teto do Regime Geral de Previdência Social como limite. Para obter a totalidade da remuneração (último salário), o servidor deverá ter entrado no serviço público até 31/12/2003 e completar as seguintes idades: 62 anos se mulher e 65 anos, se homem;
- outra regra de transição prevê que o servidor cumpra os seguintes requisitos: idade mínima de 57 anos (mulheres) e 60 anos (homens), tempo de contribuição de 30 anos (mulheres) e 35 anos (homens), 20 anos de serviço público e um pedágio de 100% do tempo de contribuição que na data da entrada da lei complementar faltaria para atingir o tempo mínimo de contribuição. Os proventos corresponderão a 100% da média aritmética das remunerações desde julho/1994, atualizadas monetariamente;
- para obter a totalidade da remuneração (último salário), o servidor deverá ter entrado no serviço público até 31/12/2003.



| ENTREVISTA

Retirar direitos dos servidores é destruir o Serviço Público, analisa sindicalista

“Nem o próprio servidor tem noção da importância do papel prestado à sociedade”

Com cerca de 40 anos de lutas em defesa do Serviço Público e do servidor, José Gozze é presidente da Associação dos Servidores do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Assetj), da Federação das Entidades de Servidores Públicos do Estado de São Paulo (Fespesp) e da Pública - Central do Servidor. Gozze é o entrevistado da edição deste mês de O Parlamentar e analisa o momento de mudanças por que passa o país e seus efeitos para a categoria e, conseqüentemente, para os serviços prestados à população. O sindicalista ainda aponta ações que considera necessárias para o resgate da dignidade e da importância do servidor público para a população.

O P - Como o sr. vê o atual momento político do país para o servidor público, com a aprovação da reforma previdenciária e o aceno da reforma administrativa?

J. G. — Nós estamos vivendo um momento muito complicado no Brasil com nossos governos federal e estaduais de todo país. Querem abandonar o Estado do bem-estar social e buscar um projeto neoliberal, em que o mercado financeiro vale mais do que o humano, onde a privatização e o Estado mínimo são prioridades. Atualmente, vemos um trabalho de destruição do Serviço Público e conseqüentemente do servidor, que é quem entrega nas mãos dos cidadãos os direitos garantidos na Constituição.

O P - Quem perde mais com esse estado de coisas: o servidor ou a sociedade?

J. G. — Os dois perdem igualmente. O cidadão precisa do serviço público. Desde aqueles que acham que não dependem do Estado (mas que acessam a Justiça ou que têm familiares tratando doenças em hospitais de universidades públicas), até os cidadãos que têm os salários mais baixos e precisam de serviços básicos como escolas e hospitais públicos.

Retirar direitos dos servidores é destruir o serviço público e deixar de entregar os direitos sociais conforme o Art. 6º: São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assis-

tência aos desamparados.

O P - Parece haver uma campanha da mídia e governos contra o servidor. Na sua opinião, qual seria a solução para a recuperação da imagem do servidor público perante a opinião pública?

J. G. — As entidades de base dos servidores públicos, federações, confederações e centrais estão unidas e se organizando para recuperar a imagem do servidor público. Primeiro é preciso deixar claro que nem o próprio servidor tem noção da importância do papel prestado à sociedade. Ele mesmo está sendo derrotado pela falta de investimentos, tanto nos salários, como na infraestrutura do local de trabalho, para que os serviços sejam entregues em sua totalidade e com eficiência.

O cidadão que chega em um hospital, vê a fila de 3 horas para ser atendido, é obrigado a esperar de pé por falta de cadeiras e toma medicação em macas improvisadas, muitas vezes culpa o servidor que está atrás do balcão. Nem ele e nem o servidor têm a noção de quantos profissionais faltam para que o atendimento seja feito com celeridade, humanidade e competência. É preciso conscientizar que a privatização é muito pior e pessoas que não estão estabilizadas no cargo, muitas vezes não têm o compromisso com o que é público.

Não é privatizando que irão surgir milhares de vagas nas creches, que o atendimento do hospital será feito em menos de 1 hora ou que o processo irá correr na Justiça em poucos dias. É preciso investir na estrutura atual antes de entregar a qualquer grande corporação.

O P - Os servidores públicos estão sendo apontados como responsáveis pela fragilidade econômica do país. As entidades que representam a categoria têm alguma estratégia em mente para mostrar à opinião pública que a realidade não é bem essa?

J. G. — O primeiro grande problema que enfrentamos é o canal que essas informações chegam aos cidadãos. Os grandes veículos cedem espaço às ideias neoliberais e culpam os servidores por qualquer crise, em qualquer período e em qualquer governo. A nossa única saída é utilizar as nossas plataformas, como jornais e redes sociais (Facebook, Instagram, Youtube



e Whatsapp) para a criação de conteúdos virais e de fácil entendimento, com os dados verdadeiros e as razões para qualquer tipo de desmonte.

Precisamos conscientizar os cidadãos que as Reformas são prejuízos contra eles mesmos, que utilizam e dependem dos serviços públicos.

O P - Defina a importância e o valor do servidor público para a sociedade.

J. G. — Hoje vemos o sucateamento dos serviços públicos para reforçar a ideia de que tudo que é público é ruim. A terceirização visa obter lucro e o serviço público não pode buscar lucro; ele é o servir. O cidadão já paga impostos para isso. A importância está ligada à certa gratuidade e ao acesso dos serviços.

Há diversos tratamentos e remédios de alto custo que só estão disponíveis pelo SUS, pesquisas importantíssimas são originadas em nossas universidades públicas, orientadas por professores, mestres e doutores que são servidores públicos, ações e processos são encaminhados por servidores do Judiciário, desde o escrevente até o juiz, entre muitos outros exemplos. Veja só o INSS dizendo que há servidores suficientes, no entanto, há mais de 1,3 milhão de processos parados justamente pela falta de servidores. As máquinas não fazem nada sozinhas, é preciso mãos, cabeças e corações humanos no serviço público.



Filie-se à Afalesp

- Colônias de férias
- Lojas de conveniência
- Convênios com diversos profissionais e serviços

Venha conhecer!

Palácio 9 de Julho
subsolo

☎ 11 3886-6945/6946

☎ (11) 99398-1974

Encontro da Fenale reúne entidades de diversos estados



Representantes de entidades de todo o país posam para a foto oficial do evento

A Federação Nacional dos Servidores dos Poderes Legislativos Federal, Estaduais e do Distrito Federal (Fenale), presidida por José Eduardo Rangel (RJ), promoveu de 19 e 22 de novembro, seu XLIII Encontro Nacional, em Salvador (BA), simultaneamente à 23ª Conferência Nacional dos Legisladores e Legislativos (CNLE), promovida pela União Nacional dos Legisladores e Legislativos (Unale), presidida pelo deputado estadual catarinense Kennedy Nunes (PSD), cujo tema foi “Humanizando as Leis em um Novo Tempo”.

“A troca de experiências entre servidores de legislativos de todo o país é muito interessante e tem sido bastante positiva para o fortalecimento da nossa categoria de trabalhadores”, declarou o presidente da Afalesp,

Carlos Alberto Marinho.

A final do encontro na capital baiana, foi aprovada a Carta de Salvador que, entre outros pontos, manifesta a preocupação com os rumos políticos e sociais do país e defende que “sejam garantidos o Estado Democrático de Direito, a liberdade de expressão e os direitos individuais e coletivos, tornando assim nossas leis mais humanas e justas”. A carta lamenta o adiamento da Reforma Tributária e conclama todas as entidades representativas de servidores públicos – associações, sindicatos, federações, confederações e centrais sindicais – a fortalecerem a luta em Brasília e em todos os Estados da Federação contra medidas de iniciativa do Governo que possam ser nocivas à categoria e à sociedade.

SPPREV elege novos representantes na Alesp



Eugênia Sahd



Bruno Zanardi



Diego Teixeira



Daniel Reis

A escolha dos novos representantes da Assembleia Legislativa paulista junto ao SPPREV, realizada em 12/12//2019, atraiu 247 servidores votantes, entre ativos e inativos.

O pleito elegeu Eugênia Netto de Andrade e Silva Sahd, com 187 votos, para o conselho fiscal e Diego Marcelino dos Reis Teixeira, com 141 votos, para o conselho de administração. Bruno Zanardi da Silva obteve 53 votos e foi eleito suplente do conselho fiscal e Daniel Gomes dos Reis, com 54 votos, suplente do conselho de administração.

A São Paulo Previdência (SPPREV) foi criada em 2007, como unidade gestora única do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos (RPPS) e do Regime Próprio de Previdência Militar (RPPM).

FESTAS

Promover o bem estar e a integração dos funcionários é objetivo da Afalesp

Uma das finalidades da Afalesp é promover atividades culturais, recreativas, desportivas, turísticas e de lazer a fim de incentivar a aproximação e a integração de seus associados. Por isso, a asso-

ciação faz questão de manter em dia a manutenção das colônias de férias de Caraguatatuba e de Socorro, realizar suas tradicionais festas e também passeios e eventos.

Confira abaixo as fotos do Chá dos Aposentados de 2019, da Festa de Final de Ano, do passeio ao Resort Tio Oscar, da comemoração ao Dia do Funcionário Público e das colônias de férias.





Encontro da CNSP firma compromisso com servidores

Entidades filiadas à Confederação Nacional dos Servidores Públicos (CNSP), entre elas a Afalesp, que participaram do Encontro Nacional realizado em Serra Negra, de 17 a 20 de outubro de 2019, discutiram e aprovaram a Carta de Serra Negra, ratificando os compromissos da CNSP em prol do funcionário público. A CNSP é presidida por Antonio Tuccílio.

Merecem destaque entre os itens firmados as seguintes ações:

- organizar reuniões e palestras com servidores da educação e professores, mostrando a importân-

cia de seu trabalho e a necessária relação com a sociedade;

- exigir a aprovação de projeto que obrigue a contrapartida do Estado de 2% ao Iamspe;
- reivindicar aumento salarial para policiais;
- incentivo ao acesso do cidadão à informação e incentivo para que exerça o controle social da administração pública;
- potencializar a ação associativa nas redes sociais e
- resguardar os direitos dos servidores ante as alíquotas confiscatórias inseridas na Reforma da Previdência.



Joacy Mesquita, Rita Amadio, Antonio Tuccilio e Alberto Marinho, durante encontro em Serra Negra

I Torneio de Futebol e Amizade “Presidente Deputado Paulo Kobayashi”

A Afalesp e o Sindalesp, com o apoio do Instituto Paulo Kobayashi e da Cooperalesp, realizaram de 18/11 a 9/12 de 2019, no Ginásio do Ibirapuera (quadra 2), o 1º Torneio de Futebol e Amizade da ALESP, homenageando o ex-presidente da Casa, deputado Paulo Kobayashi.

O torneio contou com a participação de oito times de futebol, sendo sete times formados por funcionários e um deputado da Alesp e um time formado por funcionários do Tribunal de Contas do Município - TCM, equipe convidada.

O torneio teve como campeão o time convidado do Tribunal de Contas do Município (TCM) e como vice-campeão o time da Garagem/Financeiro.



Equipe campeã

Ainda ganharam troféu como melhor goleiro Vinicius Moraes, da equipe do Tribunal de Contas do Município e Leandro Fernandes, da equipe da Garagem/Financeiro, como artilheiro.

Lei aprovada reduz valor dos precatórios



Com a aprovação do Projeto de Lei 899/2019, em 5/11/2019, do Poder Executivo, o Governo do Estado reduziu o valor dos precatórios (requisição de pagamento que o Estado seja obrigado a fazer por meio de condenação judicial) - as chamadas obrigações de pequeno valor. A Afalesp participou da mobilização dos servidores contra a medida.

A votação da proposta no Plenário Juscelino Kubitschek foi acirrada e o placar marcou 41 votos favoráveis e 40 contrários. As emendas ao projeto foram rejeitadas.

Por lei, valores até R\$ 30,1 mil deviam ser pagos em no máximo um ano após a decisão judicial. Após a aprovação do projeto, esse valor caiu para R\$ 11,6 mil. Com isso, valores superiores a este seguirão para pagamento através de precatório.

A nova lei gera um impacto negativo especialmente para os funcionários públicos, principalmente professores e policiais militares, avaliou o deputado Gil Diniz (PSB), no dia da votação.

Com informações da Agência Alesp.

Obituário

Desde a última edição, faleceram os associados abaixo relacionados. Às famílias e amigos enlutados, nossos pêsames

Nome	Nasc.	Falec.
Silvio Carlos Machado	6/12/1943	12/08/2019
Roberto Couto Magalhães	4/10/1931	11/10/2019
Ignez Prado Grola	17/3/1937	28/10/2019
Theodomiro C. R. Cunha	4/3/1929	16/11/2019
Marlene Mariano de Souza	13/7/1943	4/12/2019
Therezinha Rizzato Morelli	24/2/1935	20/12/2019
Augusta Martins das Neves	12/4/1928	30/12/2019
Maria Aparecida de Souza	30/10/1940	7/1/2020
João Carlos Loding	28/6/1946	12/2/2020

PARA O FUNCIONÁRIO

Defesa animal também é pauta de ações da Afalesp

Consciente da importância de medidas que visem minimizar o problema do abandono animal, dos maus-tratos, da superpopulação de animais em situação de rua, a Afalesp associou-se ao deputado Bruno Ganem, no Alesp Pet, 1º Concurso Fotográfico de Animais Adotados da Alesp.

O concurso premiou animais adotados por servidores da Casa, que também participaram de uma exposição fotográfica. Funcionários votaram e escolheram os seguintes animais:



A foto mais votada foi de Jota, tutor de Marteen e Tico

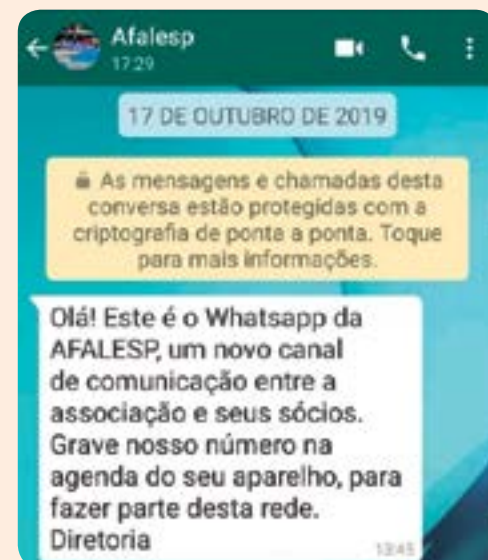
RESULTADO DO ALESPET

1º COLOCADO: MARTEEN E TICO - 25 VOTOS
 2º COLOCADO: PITUCCO - 15 VOTOS
 3º COLOCADO: ALDO - 11 VOTOS
 4º COLOCADO: MENA - 5 VOTOS
 5º COLOCADO: AMARELO - 8 VOTOS
 6º COLOCADO: BELA - 7 VOTOS
 7º COLOCADO: EURE SEYNAUER E LAILA - 6 VOTOS
 8º COLOCADO: TORREI DO TRONÃO - 5 VOTOS
 IABE - 5 VOTOS
 10º COLOCADO: PNEU - 3 VOTOS
 VICK, NEGUNHO, CINDY, BABY, RHAMNA, PRINCESA - 3 VOTOS
 12º COLOCADO: JUNO - 2 VOTOS
 FRANCOS - 2 VOTOS
 INGUANO - 2 VOTOS
 15º COLOCADO: TAURIS - 1 VOTO
 MADRAINE - 1 VOTO
 TICO - 1 VOTO
 LADY - 1 VOTO
 NAELA E SIMBA - 1 VOTO
 BAMA E MARTINS - 1 VOTO

WhatsApp da Afalesp

Preocupada em estar cada vez mais próxima de seus associados, a Afalesp lançou, em 17/10/2019, mais um canal de comunicação: o WhatsApp da Afalesp. As redes sociais são acessadas milhares de vezes por dia pelos usuários, por isso agora o contato associação/associado ficou ainda mais fácil.

Grave em sua agenda do celular ☎ (11) 99398-1974 e faça parte dessa rede!



Abono de final de ano: uma novela sem final feliz

No final de 2019, o servidor da Casa recebeu, no dia 13 de dezembro, um abono salarial concedido pela Mesa Diretora, no valor de R\$ 3.100. A alegria, porém, durou pouco. A medida suscitou uma ação na Justiça com o objetivo de impedi-la e um movimento junto à mídia com o intuito de difamar os servidores do Legislativo paulista.

É importante lembrar que esse abono foi reivindicado pelas entidades de defesa dos servidores da Casa tendo em vista a enorme sobra orçamentária apurada para o exercício de 2019 e também porque os servidores não haviam recebido abono em 2018.







O pior de tudo foi a Assembleia

render-se a esse tipo de jogo e anular um Ato que garantiu o pagamento do abono e determinar o desconto do valor no pagamento de janeiro de 2020.

Sem considerar a questão econômica e o que representou esse desconto feito à vista do salário do servidor, receber esse tipo de tratamento por parte dos parlamentares da Casa é fato inédito e bastante difícil para a categoria. Cada um de nós tem uma história no Legislativo e anos de dedicação e amor ao trabalho. Resta o alento de que vamos continuar cumprindo com o nosso dever e cientes dos nossos direitos e saber que os que hoje estão aqui e tanto nos criticam passam e a Assembleia permanece.

Sexteto da prevenção contra o coronavírus

Por mais óbvio que pareça, nunca é demais lembrar das medidas simples e protetivas para evitar o coronavírus. Na verdade tais ações servem para qualquer ocasião. Sua saúde vale muito! Ponha em prática o sexteto da prevenção, por você, pelo outro, por todos.

-  **Sem fake news** - Se quer divulgar algo consulte a fonte. O site do Ministério da Saúde possui informações confiáveis. Duvidou, não repasse!
-  **Sem beijo, abraço e aperto de mão** - Nosso país é caloroso. Mas vamos mudar o hábito por um tempo. Todos vão entender a necessidade de cumprimentar apenas com um sorriso à distância.
-  **Visita aos idosos podem esperar** - Idosos acima de 60 anos são um dos principais grupos de risco. Podemos evitar levar algo indesejado para eles.
-  **Lave sempre as mãos, rosto e nariz e procure não tocar o rosto.** - Não precisa nem explicar. Lave frequentemente!
-  **Cubra o rosto quando tossir** - Use lenço descartável, ombros ou braços.
-  **Evite aglomerações** - Se puder permanecer em casa, evitar locais fechados com muitas pessoas, fazer *home office*, melhor.

21ª Semana da Saúde atrai grande número de servidores

Mais uma vez, a Afalesp foi parceira na organização da Semana da Saúde. A 21ª edição aconteceu entre os dias 20 e 22 de agosto de 2019 e atraiu centenas de servidores e parlamentares ao Hall Monumental da Alesp para participarem das atividades.

Promovida pela Divisão de Saúde e Assistência do Servidor, a Semana da Saúde busca conscientizar os participantes sobre a importância dos hábitos saudáveis e de práticas preventivas de doenças para uma melhor qualidade de vida. A semana promoveu ações como bioimpedância, verificação de pressão arterial, teste de glicemia e colesterol, atendimento psicológico e orientação nutricional. Uma novidade em 2019 foi uma corrida e caminhada no Parque Ibirapuera.



Marinho, Gilmar e Gaspar na abertura das atividades

História de luta dos professores é lembrada nos 25 anos da Apampesp

A Associação dos Professores Aposentados do Magistério Público do Estado de São Paulo (Apampesp) comemorou 25 anos de fundação em uma sessão solene na Alesp, em 25/10. A Afalesp, juntamente a outras entidades que representam servidores públicos esteve presente.

Durante o evento também houve o lançamento do livro Apampesp “25 anos em defesa do professor aposentado”, que conta a trajetória de luta da entidade.

A participação da entidade em greves e manifestações foi lembrada pela deputada Professora Bebel, que recordou a greve do ano 2000, quando as entidades ligadas ao magistério se uniram e conseguiram um reajuste salarial para os professores da ativa e para os aposentados. “Os mesmos direitos da ativa precisam ser estendidos aos aposentados. É a categoria mais importante, que forma todos os demais profissionais. A estrutura de tudo passa pela educação”, disse a deputada.



Solenidade no plenário JK

Frente Paulista em Defesa do Serviço Público reúne entidades na Alesp



Lançamento da frente, no auditório Teotônio Vilela

Afalesp, Aspal, Sindap, Afpesp e outras entidades de defesa do funcionalismo participaram, em 11/11/2019, do lançamento da Frente Paulista em Defesa dos Serviços Públicos. O objetivo é buscar unificar as ações das entidades do funcionalismo para barrar a reforma da Previdência estadual, explicou o coordenador da frente, deputado Carlos Giannazi.

O presidente da Afpesp e da Pública

– Central do Servidor, José Gozze, explicou que, além do desafio imediato, as entidades também se preparam para atuar junto à Frente Parlamentar Mista do Serviço Público contra a reforma administrativa de Paulo Guedes, que será brevemente enviada ao Congresso Nacional.

Os servidores decidiram marcar presença na Alesp todas as terças e quartas-feiras como forma de pressionar os parlamentares a votarem contra a reforma.

PARCERIAS

Convênios mantidos pela Afaesp facilitam vida do associado

Várias empresas e serviços fazem parceria com a Afaesp e oferecem vantagens a seus associados. Confira abaixo:

Advocacia - Forneiro e Pires Advocacia

Alimentos

Dona Wilma Massas Frescas Caseiras

Assistência Funeral - Abcel Assist Funeral

Auto - Comercial Douglas de Pneus
Fis Centro Automotivo - Pneutop

Comercio Varejista

Elenice Confecções,
Fugi Service e La Virtu

Costura - Dulce Costureira

e Merino Roupas Sob Medida (Alfaiate)

Diversos

Olivier, Lavanderia Dryclean USA - VI
Mariana, Yoshiro - Relógio/Jóia,
Manicure/ Pedicure e Yanez Treinamentos

Esportes

Ludias Assessoria Esportiva Ltda e
Rodrigo C. da Costa Personal

Estética

Nana Calil - Design de Sobrancelhas e
Nelson Letizio Cirurgião Plástico

Farmácias

Droga Certa, PoupaReal,
Mano Farma - Manipulação e
Natuvita - Farmacia de Manipulação

Ingressos

Cinemark, Hopi Hari, KidZania, Parque
da Mônica, SP Diversões e Wet'n Wild

Odontológico

Hospital Defeitos da Face,
Centro Integrado de Reabilitação Oral
Pronto Socorro,
Dr. Geraldo Guedes Martins,
Dra. Carolina Moraes Peceguini,
Dra. Hellen Quintela, Dra. Marisa Fernandes,
Hospital Odontologico Cetao e
SODESP - Serviço Odontologico

Óticas

Óptica Modelo - Grupo Di Óptica,
Optica Di Roma, Oticas Carol e
Otica Tringulo (El Shadai)
Zeiss Vision Center

Saúde

Dr. José Roberto - (Oftalmologia)
CROF - Centro de Reabilitação
(Fisioterapia, RPG, Acumputura, Pilates,
Drenagem e Microfisioterapia)
Dr. André Luis Orsi Macruz (fisioterapia
ortopédica, neurológica, postural e acum-
putura atendimento domiciliar)
Dra. Ana Paula Jordão Visioli (consulta médi-
ca, nutricionista, dermatologia, geriatria, clínico
geral, ginecologia e procediemtnos cirúrgicos)
Dra. Valéria Goulart Alves Pereira (Nutricionista)
Psicóloga Fernanda Golguetto Fantinato
Psicóloga Magali Falavigna Abbud
Psicóloga Marcia Aparecida de Souza
SINPESP - Sind dos Psicanalistas do Esta-
do de São Paulo

Seguros

American Life Seguros
Daiseg Corretora de Seguros

Serviços de Saúde

Karina Gaona - Reflexoterapia, Reflexolo-
gia, Fisioterapia e Trofoterapia,
Idade Linda - Cuidados com Idoso,
Mario Massoterapia,
Marcos Matsukura (Fisioterapia
e Acumputura), e
Sanova do Brasil - Audium Brasil

* Universidades/Colégios

www.ifepaf.com.br - consultar site

Contatos dos convênios podem ser
obtidos na sede da Afaesp.

AFALESP - Associação dos Funcionários da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Carlos Alberto Marinho
1º Vice-Presidente: Rita Amadio de Brito A. Ferraro
2º Vice-Presidente: Izabel De Jesus Pinto
1º Secretário: Mariana Pereira de Oliveira
2º Secretário: Marta Regina Rangel Neves
1º Tesoureiro: Gilmar De Souza Manoel,
2º Tesoureiro: Joacy Carneiro De Mesquita

Depto. Financeiro: Célia Regina Palma Martins
Depto. Jurídico: Luciano de Oliveira Santos
Depto. Patrimônio: Sergio Artur Ciccone

Depto. Cultural/Social: Celso de Moura Leite Ribeiro

Depto. Desportivo: Aloizio Soares Peixoto Filho
Depto. Apos./Pensionistas: Humberto Beloni Bizzerra
Depto. Imprensa e Divulgação: Naiara R. de Perrucci
Depto. Cargos em Comissão: Jorge Luiz Júlio

CONSELHO DELIBERATIVO

Anabela Jardim Teixeira, Cristina Duarte Silva,
Marisa Fernandes Silva Spinardi, Gaspar Bissolotti Neto,
Jaime Fernandes Da Silva, Francisco De Assis Cardoso,
Cilso Jorge Messias, Oriana Lídia Tossani e
Wagner Longo Kasakevic

SUPLENTES

Donizete De Souza Machado, Januário
Anotnio Marques e Jean dos Santos

CONSELHO FISCAL

José Carlos Gonçalves, José Felix dos Santos
Filho, Victorina Thereza Frugoli, Suzete de
Freitas Barbosa e Antonia Maria Corrêa

SUPLENTES

Araceli Albino e
Leonídia Martins De Lima

O PARLAMENTAR

Diretor responsável:
Carlos Alberto Marinho
(Presidente da Afaesp)
Jornalista responsável:
Isabella Rangel - MTB 0079557/SP
Apuração e redação:
Marta Regina Rangel Neves
Criação e diagramação:
Vilma Jacob
Fotografia: Carol Jacob,
Fabia Pinheiro de Oliveira
e José Antonio Teixeira

Redação e administração:

Palácio 9 de Julho
Av. Pedro Álvares Cabral, 201
Subsolo - CEP 04097-900
Fones: 3886-6945 / 3886-6946
3886-6958
E-mail: afaesp@afaesp.com.br
Site: www.afaesp.com.br
Tiragem: 2.500 exemplares
Impressão: Post Press Gráfica e Editora
As matérias assinadas são de inteira
responsabilidade de seus autores



O Parlamentar

Órgão Oficial da Associação dos
Funcionários da Assembleia
Legislativa do Estado de São Paulo
Afaesp - Entidade filiada a:
FESPESP, FENALE, SESPESP,
MOSAP, CCM-IAMSPE
e PÚBLICA CENTRAL DO SERVIDOR

IMPRESSO

**Mala Direta
Básica**

62925474/0001-00/2017/SPM

Afaesp

Correios